



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI		
Ônibus sem Qualidade		
Reunião: 4ª	Sessão legislativa: 3ª	Legislatura: 19ª
Finalidade: apurar as inúmeras denúncias de descumprimento do contrato de prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte das viações TransOeste, que atende a região do Barreiro, e Torres, do consórcio BH Leste; além da omissão da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - frente a seu dever de fiscalização do fiel cumprimento do contrato e garantia de parâmetros mínimos de qualidade no transporte público		
Requerimento nº: 873/23		
Autoria: vereadores Pedro Patrus, Bruno Pedralva, César Gordin, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Gabriel, Henrique Braga, Irlan Melo e Jorge Santos, vereadoras Loíde Gonçalves e Marcela Trópia e vereadores Ramon Bibiano da Casa de Apoio, Sérgio Fernando Pinho Tavares e Wilsinho da Tabu		
Data: 1/8/23		
Horário de início: 9h47min	Horário de encerramento: 12h15min	
Local: Plenário Helvécio Arantes		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Henrique Braga, que registrou a presença do vereador Wesley Moreira e da vereadora Loíde Gonçalves, e a presença remota dos vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Professor Juliano Lopes e Wagner Ferreira e Jorge Santos, reuniu-se a comissão.

Registre-se a presença do presidente da CMBH, vereador Gabriel, e do vereador Bruno Miranda, que não são membros da comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

REUNIÃO COM CONVIDADO

Finalidade: convidar o Procurador do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Glaydson Santo Soprani Massaria, para prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato de prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

e de má qualidade na prestação de serviço por parte das viações TransOeste - que atende a Regional Barreiro - e Torres - do consórcio BH Leste, além de informações sobre a omissão da Prefeitura de Belo Horizonte acerca de seus deveres de fiscalização do fiel cumprimento do contrato e de garantia de parâmetros mínimos de qualidade no transporte público.

Requerimento de Comissão nº: 1.933/23

Autoria: vereador Jorge Santos

O presidente registrou a presença do procurador do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Glaydson Santo Soprani Massaria.

Glaydson Santo Soprani Massaria saudou a todos e falou sobre o papel do Poder Executivo no gerenciamento e na fiscalização do serviço de transporte público. Disse que a Viação Torres foi substituída no consórcio pela empresa BHLeste Transportes S.A. Citou os componentes do quadro societário dessa empresa. Disse que BHLeste Transportes S.A. é uma empresa “de prateleira” que foi criada em São Paulo no ano de 2021. Ponderou que a criação desse tipo de empresa por si só não é ilegal, mas as circunstâncias envolvendo essas empresas especificamente são suspeitas. Comentou sobre as sucessivas alterações realizadas nessa empresa. Informou que ela tem um capital social de R\$1.000,00, mas emitiu debêntures no valor de R\$25 milhões. Disse que esse volume de debêntures com poder de voto e participação nos lucros revela que um terceiro ao quadro societário é quem detém o controle da empresa. Disse que a empresa BHLeste Transportes S.A. tem como sua presidente Ester das Graças Ferreira Gomes, que é empregada da empresa Territorial Transportes e Empreendimentos Ltda. Disse que ela mora em local extremamente modesto e tem uma segunda empresa com capital social de R\$1,00, para prestação de serviços de apoio administrativo. Detalhou o quadro societário das empresas mencionadas. Informou



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que foi protocolada na CMBH comunicação da possível ocorrência de ato do prefeito Fuad Noman passível de *impeachment*. Ressaltou que o início de eventual processo de *impeachment* depende de ação de eleitor, sendo o documento apresentado pelo Ministério Público de Contas de Minas Gerais apenas uma comunicação da possível ocorrência de fato. Leu documento enfatizando as ações do prefeito Fuad Noman que seriam passíveis de responsabilização. Apresentou dados indicando o parentesco e a proximidade entre o Fuad Noman e empresários de ônibus em Belo Horizonte. Comentou sobre possíveis irregularidades verificadas em processo licitatório de transporte metropolitano realizado enquanto Fuad Noman era secretário estadual de Transportes e Obras Públicas. Ponderou que, dos sete consórcios vencedores do certame, cinco deles pertencem a membros da família Lessa. Comentou sobre as irregularidades verificadas na licitação de transporte público em Belo Horizonte, especificamente a licitação Setop nº 01/07. Disse que Fuad Noman tem larga experiência no setor público e não há cabimento em se alegar que ele não tivesse condições de perceber as flagrantes irregularidades nos processos licitatórios mencionados. Comentou sobre a Concorrência Pública nº 2017/02, feita para contratação de serviços de auditoria e verificação independente para revisão tributária. Disse que a concorrência culminou com a contratação da Maciel Consultores SS Ltda. pelo valor de R\$944.000,00. Afirmou que esse certame padeceu de diversas irregularidades, inclusive a apresentação de documento falso. Disse que houve a total inexecução do serviço contratado e, a despeito dessas irregularidades, a auditoria foi homologada por Fleury, subordinado de Fuad Noman. Acusou o prefeito Fuad Noman de omissão na tomada de medidas para assegurar a legalidade dos processos licitatórios realizados. Afirmou a possibilidade de

A handwritten signature in the bottom right corner of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

declaração de caducidade do contrato atual de transporte público em função das fraudes verificadas na licitação e a péssima qualidade do serviço prestado. Disse que Fuad Noman nunca questionou as irregularidades verificadas na licitação nem na execução do contrato. Citou a falta de regulamentação de leis que tratam do serviço público de transportes, tendo sido regulamentado apenas o que interessava às empresas de ônibus.

O presidente disse que encaminhará os documentos apresentados para a relatora, vereadora Loíde Gonçalves.

A vereadora Loíde Gonçalves comentou sobre a importância das gratuidades garantidas na lei, em especial para as pessoas em tratamento de saúde. Disse ter conhecimento de pessoas que faltam a tratamento de câncer por não terem dinheiro para arcar com o transporte. Disse que foi realizada audiência pública em que uma pessoa denominada Nilo teria se apresentado como representante da empresa BHLeste. Questionou sobre os quadros societários das empresas mencionadas.

Glaydson Santo Soprani Massaria respondeu que não há pessoa com nome Nilo no quadro societário das empresas mencionadas e esclareceu dúvida da vereadora sobre o quadro societário.

A vereadora Loíde Gonçalves comentou acidente ocorrido em decorrência de ônibus em más condições de conservação. Questionou se a empresa Trans Simão faz parte do grupo econômico da BHLeste.

Glaydson Santo Soprani Massaria respondeu que é possível, sim, e que as empresas investigadas demonstram muita coincidência de sócios.

A vereadora Loíde Gonçalves questionou quais os possíveis crimes cometidos pelos dirigentes das empresas investigadas.

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Glaysdon Santo Soprani Massaria respondeu que os crimes de improbidade em licitações anteriores estão prescritos, mas os atos continuados podem ser responsabilizados. Disse que está em fase inicial de apuração a ocorrência de crimes de falsidade e de sonegação previdenciária e tributária. Comentou ser veemente a existência de um cartel de empresas do ramo de transportes operando em Minas Gerais.

A vereadora Loíde Gonçalves questionou se é possível a alteração da empresa participante do consórcio sem anuência do poder público.

Glaysdon Santo Soprani Massaria respondeu que não existe indicação de que a nova empresa tenha obtido a anuência do Município.

A vereadora Loíde Gonçalves questionou se os membros da Família Lessa são os verdadeiros donos da BHLeste.

Glaysdon Santo Soprani Massaria respondeu que não tem elementos suficientes para fazer essa afirmação no momento e que depende de mais investigações.

A vereadora disse que recebeu a informação de que o representante da BHLeste na audiência foi Nilo Gonçalves Simão.

O vereador Wesley mencionou problemas de segurança verificados em ônibus que circulam em Belo Horizonte.

O vereador Professor Juliano Lopes criticou o serviço prestado pela empresa Trans Oeste.

O presidente comentou acidente envolvendo veículo da empresa Trans Oeste que danificou postes e uma igreja no Bairro Tirol.

A handwritten signature in the bottom right corner of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador Wagner Ferreira questionou como está a tramitação no Tribunal de Contas de Minas Gerais - TCMG - do processo de sustação do contrato de prestação de serviços de transporte público.

Glaydson Santo Soprani Massaria respondeu que a CMBH não depende do TCMG para sustação do contrato. Destacou a importância da atuação da CMBH para defesa dos direitos e garantia de melhores condições de vida para a população. Comentou o processo em tramitação no TCMG.

Às 11h46min o presidente prorrogou a duração da reunião por uma hora.

O vereador Bruno Miranda agradeceu a presença do procurador e questionou se existe alguma decisão do TCMG.

Respondeu que não existe nenhuma decisão do TCMG porque não foi pedida nenhuma tutela antecipada. Disse que existe uma previsão de dois anos para conclusão do processo.

O vereador Bruno Miranda defendeu que se evite criar uma narrativa para promover uma cassação sem o devido processo legal.

Glaydson Santo Soprani Massaria concordou com o vereador sobre a necessidade de respeito a todo o processo legal e a garantia da ampla defesa.

O vereador Gabriel registrou que estão presentes na mesa as principais pessoas de comando na CMBH. Comentou afirmação do prefeito de que CPIs não podem ser banalizadas. Disse que recebeu ligações de três presidentes de câmaras municipais do interior de Minas Gerais buscando orientações e informações de como agir ante as denúncias apresentadas pelo Ministério Público. Disse que a CMBH é independente e possui um presidente independente. Lembrou que, em 2005, foi descoberto, em âmbito nacional, o chamado Escândalo do Mensalão. Disse que o

A handwritten signature in the bottom right corner of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

laboratório dessas práticas começou em agências de publicidade situadas em Belo Horizonte. Disse que estudou bastante os mecanismos de corrupção usando contratos de publicidade. Relatou que a licitação para serviço de coleta de lixo em Belo Horizonte foi suspensa pelo TCMG. Comentou sobre a existência de máfias relacionadas a serviços de coleta de lixo, publicidade e ônibus em Belo Horizonte. Disse que essa máfia está presente dentro da Prefeitura de Belo Horizonte. Acrescentou que o prefeito Fuad Noman gerencia o laboratório de corrupção em Belo Horizonte. Disse que a fraude na licitação do serviço de ônibus ocorrida em 2008, em Belo Horizonte, foi uma repetição da fraude na licitação do serviço de transporte metropolitano ocorrida em 2006. Comentou sobre os elogios recebidos pela CPI da BHTrans realizada na CMBH. Afirmou que o prefeito Fuad Noman estava envolvido na fraude da licitação em 2008 e permaneceu envolvido na execução do contrato e na suposta auditoria realizada pela Maciel Consultores SS Ltda. Citou o histórico dos subsídios aprovados para o sistema de transporte público coletivo em Belo Horizonte. Disse ter dúvidas sobre os dados apresentados pela Prefeitura. Criticou a não regulamentação das gratuidades aprovadas como condicionantes do subsídio. Defendeu que a CMBH pode sustar o atual contrato, bastando, para isso, a boa vontade dos vereadores. Disse que os fatos trazidos pelo procurador são gravíssimos e fez referência à função da CMBH de fiscalizar as ações do Poder Executivo.

Glaydson Santo Soprani Massaria disse compreender as funções dos vereadores e defendeu que esse é o momento em que os 41 vereadores deverão se avaliar e prestar contas para a sociedade de sua conduta.

ENCERRAMENTO

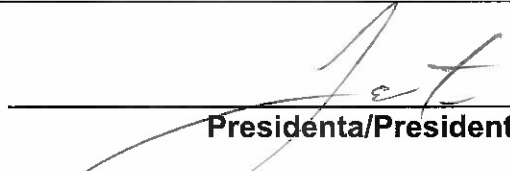
A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'F' or similar character.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA	
Distribuição para impugnação:	<u>30 / 08 / 23</u>
Comunicação de aprovação:	<u>14 / 9 / 23</u>
 _____ Presidenta/Presidente	